

⁴⁹ Cf., a este respeito, as observações agudas de Jacques Derrida, *L'Écriture et la différence*, Seuil, 1967, p. 51-97 ("Cogito et histoire de la folie").

⁵⁰ M. Foucault, *L'Archéologie du savoir*, *op. cit.*, p. 29-101: "Les régularités discursives".

⁵¹ *Ibid.*, p. 12 e 17.

⁵² Roland Barthes, "Le Discours de l'histoire", em *Social Science information*, VI, 4, 1967, p. 65-75... A comparar com, do mesmo autor, "L'effet de réel", em *Communications*, 11, 1968, p. 84-90, e "L'Écriture de l'événement", em *Communications*, 12, 1968, p. 108-113.

⁵³ R. Barthes, "Le discours de l'histoire", *op. cit.*, p. 65.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 73-74.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 75. Na "ilusão referencial" do *real*, no "realismo", R. Barthes revela um novo *verossímil* ("O efeito do real", *op. cit.*, p. 88). Este "real" é a conotação de um pensável.

⁵⁶ A. J. Greimas, *Du sens. Essais sémiotiques*, Seuil, 1970, p. 111. Cf. todo este capítulo, "Histoire et structure", p. 103-116.

⁵⁷ Problema que não deixa de ter analogia com aquele de que tratavam as primeiras filosofias da linguagem, em fins da Idade Média. Cf. J. Claude Pigué, "La querelle des universaux et le problème contemporain du langage" na *Revue de Théologie et de Philosophie*, 19, 1969, p. 392-411.

⁵⁸ Em "L'Histoire et l'unité des sciences de l'homme" (in *Annales E.S.C.*, 23, nº 2, 1968, p. 233-240), Charles Morazé encara sob este aspecto o papel central da história; é porque a relação entre ciências humanas se traduz e ocorre na história que ela é "sincretista" e que hoje parece fragmentada, através de sua adesão a disciplinas cada vez mais divergentes.

⁵⁹ Após ter dito "o regime precedente" fala-se, a partir de novembro de 1789, do "antigo regime". Cf. Albert Soboul, *La Civilisation et la Révolution Française*, Arthaud, t. I, 1970, p. 37, e as reflexões de Pierre Boubert, *L'Ancien Régime*, A. Colin, t. I, 1969, chap. I.

⁶⁰ R. Barthes, "Le discours de l'histoire", *op. cit.*, p. 71.

⁶¹ Isto fala, deixando de lado o exame, esboçado alhures, dos problemas abertos pela intervenção da psicanálise no campo da história. Cf. "Aquilo que Freud fez da história", *infra*.

Capítulo II

A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA*

O que *fabrica* o historiador quando "faz história"? Para quem trabalha? Que produz? Interrompendo sua deambulação erudita pelas salas dos arquivos, por um instante ele se desprende do estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo para a rua, ele se pergunta: O que é esta profissão? Eu me interrogo sobre a enigmática relação que mantenho com a sociedade presente e com a morte, através da mediação de atividades técnicas.

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a *particularidade* do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. Esta marca é indelével. No discurso onde enceno as questões globais, ela terá a forma do *idiotismo*: meu patoá representa minha relação com um lugar.

Mas o gesto que liga as "idéias" aos *lugares* é, precisamente, um gesto de historiador. Compreender, para ele, é analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência¹. Quando a história² se torna, para o prático, o próprio objeto de sua reflexão, pode ele inverter o processo de

* Uma parte deste estudo foi publicado em J. Le Goff e P. Nora, *Faire de l'histoire*, Gallimard, 1974, t. I, p. 3-41, sob o título "L'opération historique". Ele foi, aqui, revisto e corrigido.

compreensão que refere um produto a um lugar? Ele seria neste caso, um fujão; cederia a um alibi ideológico se, para estabelecer o estatuto do seu trabalho, recorresse a um *alibis* filosófico, a uma *verdade* formada e recebida fora dos caminhos pelos quais, em história, todo sistema de pensamento está referido a “lugares” sociais, econômicos, culturais, etc. Semelhante dicotomia entre o que faz e o que diria do que faz, serviria, aliás, à ideologia reinante, protegendo-a da prática efetiva. Ela também destinaria as experiências do historiador a um sonambulismo teórico. Mais que isto, em história como em qualquer outra coisa, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de “valores eternos” ou na apologia de um “intemporal”. A suspeita não poderia, pois, estender-se a toda análise teórica.

Neste setor, Serge Moscovici, Michel Foucault, Paul Veyne, e ainda outros, atestam um despertar epistemológico³. Este manifesta na França uma urgência nova. Mas receptível é apenas a teoria que articula uma prática, a saber, a teoria que por um lado abre as práticas para o espaço de uma sociedade e, que, por outro lado, organiza os procedimentos próprios de uma disciplina. Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática⁴”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas⁵” e de uma *escrita*. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas.

I. UM LUGAR SOCIAL

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particula-

ridade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.

1. O não-dito.

Há quarenta anos, uma primeira crítica do “cientificismo” desvendou na história “objetiva” a sua relação com um lugar, o do sujeito. Analisando uma “dissolução do objeto” (R. Aron), tirou da história o privilégio do qual se vangloriava, quando pretendia reconstituir a “verdade” daquilo que havia acontecido. A história “objetiva”, aliás, perpetuava com essa idéia de uma “verdade” um modelo tirado da filosofia de ontem ou da teologia de ante-ontem; contentava-se com traduzi-la em termos de “fatos” históricos... Os bons tempos desse positivismo estão definitivamente acabados.

Desde então veio o tempo da desconfiança. Mostrou-se que toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma “filosofia” implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à “subjetividade” do autor. Vulgarizando os temas do “historicismo” alemão, Raymond Aron ensinou a toda uma geração a arte de apontar as “decisões filosóficas” em função das quais se organizam os recortes de um material, os códigos do seu deciframento e a ordem da exposição⁶. Essa “crítica” representava um esforço teórico. Marcava uma etapa importante com relação a uma situação francesa, onde prevaleciam as pesquisas positivas e reinava o ceticismo acerca das “tipologias” alemãs. Exumava a premissa e o inconfessável filosóficos da historiografia do século XIX. Já remetia a uma circulação de conceitos, quer dizer, aos deslocamentos que no correr deste século tinham transportado as categorias filosóficas para o sub-solo da história, como também para o da exegese ou da sociologia.

Agora, sabemos a lição na ponta da língua. Os “fatos históricos” já são constituídos pela introdução de um sentido na “objetividade”. Eles enunciam, na linguagem da análise, “escolhas que lhes são anteriores, que não resulta, pois, da observação — e que não são nem mesmo “verificáveis”, mas apenas “falsificáveis” graças a um exame crítico⁷. A “relatividade histórica” compõe, assim, um quadro onde, sobre o fundo de uma totalidade da história, se destaca uma multiplicidade de filosofias individuais, as dos pensadores que se vestem de historiadores.

O retorno às “decisões” pessoais se efetuava baseado em dois postulados. Por um lado, isolando um elemento filosófico do texto historiográfico *supunha-se uma autonomia para a ideologia*: era a condição de sua extração. Uma ordem das idéias era posta à parte da prática histórica. Por outro lado (mas as duas operações caminham juntas), sublinhando as divergências entre os “filósofos”, descobertos sob suas vestes de historiadores, referindo-se ao insondável de suas ricas intuições, fazia-se destes pensadores um *grupo isolável de sua sociedade*, a pretexto de sua relação direta com o pensamento. O recurso às opções pessoais provocava curto-circuito no papel exercido, sobre as idéias, pelas localizações sociais⁸. O plural destas subjetividades filosóficas tinha, desde então, como efeito discreto, conservar uma posição singular para os intelectuais. Sendo as questões de sentido tratadas *entre eles*, a explicitação de suas diferenças de pensamento equivalia a gratificar o grupo inteiro com uma relação privilegiada com as idéias. Nada dos ruídos de uma fabricação, de técnicas, de imposições sociais, de posições profissionais ou políticas perturbava a paz desta relação: um silêncio era o postulado desta epistemologia.

R. Aron estabeleceu um estatuto *reservado* tanto para o reinado das idéias quanto para o reino dos intelectuais. A “relatividade” não funcionava senão no interior de um campo fechado. Longe de colocá-lo em questão, de fato, ela o defendia. Apoiadas na distinção entre o sábio e o político, um dos elos mais discutíveis da teoria de Weber⁹, estas teses demoliam uma pretensão do saber, mas reforçavam o poder “isento” dos sábios. Um lugar foi posto fora de alcance no momento em que se mostrou a fragilidade daquilo que se produzia nele. O privilégio negado às obras controláveis foi transferido para um grupo incontrolável.

Os trabalhos mais notáveis parecem, ainda hoje, deslizar-se dificilmente da posição vigorosa que R. Aron tomou, substituindo o privilégio silencioso de um *lugar* por aquele outro, triunfante e discutível, de um *produto*. Ainda que Michel Foucault negue toda referência à subjetividade ou ao “pensamento” de um autor, *supunha* ainda, nos seus primeiros livros¹⁰, a autonomia do *lugar* teórico onde se desenvolvem, no seu “relato” as leis segundo as quais discursos científicos se formam e se combinam em sistemas globais. *A Arqueologia do Saber* (1969), sob este ponto de vista, marca uma ruptura, introduzindo ao mesmo tempo as técnicas de uma disciplina e os conflitos sociais no exame de uma estrutura epistemológica, a da história (e isto não é por acaso). Da mesma forma, quando Paul Veyne termina de destruir na história o que a passagem de R. Aron

ainda lhe havia deixado de “ciência causal”, quando, nele a fragmentação dos sistemas interpretativos em uma poeira de percepções e de decisões pessoais não deixa mais subsistir, como fato de coerência, senão as regras de um gênero literário, e como fato de referência, senão o prazer do historiador¹¹, bem parece permanecer intacto o pressuposto que, desde as teses de 1938, negava implicitamente toda pertinência epistemológica ao exame da função social exercida pela história, pelo grupo dos historiadores (e mais genericamente, pelos intelectuais), pelas práticas e pelas leis deste grupo, por sua intervenção no jogo das forças públicas, etc.

2. A instituição histórica.

Este lugar deixado em branco ou escondido pela análise que exorbitou a relação de um sujeito individual com seu objeto, é *uma instituição do saber*.

Ela marca a origem das “ciências” modernas, como demonstram no século XVII as “assembléias” de eruditos (em Saint-Germain dês Près, por exemplo), as redes de correspondência e de viagem formadas, então, por um meio de “curiosos¹²”, ou mais claramente, no século XVIII, os círculos sábios e as Academias com as quais Leibniz tanto se preocupava¹³. Os nascimentos de “disciplinas” estão ligados à criação de grupos.

Desta relação entre uma instituição social e a definição de um saber, o contorno aparece, desde Bacon ou Descartes, com aquilo que se chamou de “despolitização” dos sábios. É necessário não entender isto como um exílio fora da sociedade¹⁴, mas como a fundação de “corpos”, o dos “engenheiros”, dos intelectuais pobres aposentados, etc., no momento em que as universidades se esclerosavam ao se fecharem. Instituições “políticas”, eruditas e “eclesiásticas” se especializam reciprocamente. Não se trata, pois, de uma ausência, mas de um lugar particular numa redistribuição do espaço social. À maneira de uma retirada relativa dos “assuntos públicos” e dos “assuntos religiosos” (que se organizam também em corpos particulares), constitui-se um lugar “científico”. A ruptura que torna possível a unidade social, chamada a se transformar na “ciência”, indica uma reclassificação global, em curso. Este corte mostra, pois, através da sua face externa um lugar articulado sobre outros num conjunto novo, e através da sua face interna, a instauração de um saber indissociável de uma instituição social.

A partir daí, este modelo originário se encontra por toda parte. Ele também se demultiplica sob a forma de subgrupos ou escolas. Daí a per-

sistência do gesto que circunscreve uma “doutrina” graças a um “assento institucional¹⁵”. A instituição social (uma sociedade de estudos de...) permanece a condição de uma linguagem científica (a revista ou o Boletim, continuação e equivalente das correspondências de antigamente). Desde os “Observateurs de l’homme” do século XVIII, até a criação da VI^e section de l’École pratique des hautes études, pela École des *Annales* (1947), passando pelas faculdades do século XIX, cada “disciplina” mantém sua ambivalência de ser a lei de um grupo e a lei de uma pesquisa científica.

A instituição não dá apenas uma estabilidade social a uma “doutrina”. Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina. Não que uma seja a causa da outra. Não seria suficiente contentar-se com a inversão dos termos (a infra-estrutura tornando-se a “causa” das idéias), supondo entre elas o tipo de relação que estabeleceu o pensamento liberal quando encarregou as doutrinas de conduzirem a história pela mão. É, antes, necessário recusar o isolamento destes termos e, portanto, a possibilidade de transformar uma correlação numa relação de causa e efeito.

É um mesmo movimento que organiza a sociedade e as “idéias” que nela circulam. Ele se distribui em regimes de manifestações (econômica, social, científica, etc.) que constituem, entre eles, funções imbricadas, porém, diferenciadas, das quais nenhuma é a realidade ou a causa das outras. Desta maneira, os sistemas sócio-econômicos e os sistemas de simbolização se combinam sem se identificar nem se hierarquizar. Uma mudança social é, deste ponto de vista, comparável a uma modificação biológica do corpo humano: constitui, como ela, uma linguagem, mas adequada a outros tipos de linguagem (verbal, por exemplo). O isolamento “médico” do corpo resulta de um corte interpretativo que não dá conta das passagens da somatização à simbolização. Inversamente, um discurso ideológico se ajusta a uma ordem social, da mesma forma como cada enunciado individual se produz em função das silenciosas organizações do corpo. Que o discurso como tal, obedeça a regras próprias, isto não o impede de articular-se com aquilo que não diz — com o corpo, que fala à sua maneira¹⁶.

Em história, é abstrata toda “doutrina” que recalca sua relação com a sociedade. Ela nega aquilo em função de que se elabora. Sofre, então, os efeitos de distorção devidos à eliminação daquilo que a situa de fato, sem que ela o diga ou o saiba: o poder que tem sua lógica; o lugar que sustenta e “mantém” uma disciplina no seu desdobramento em obras sucessivas, etc. O discurso “científico” que *não fala* de sua relação com o corpo

social é, precisamente, o objeto da história. Não se poderia tratar dela sem questionar o próprio discurso historiográfico.

Em seu “Rapport général” de 1965 sobre a historiografia francesa, J. Glénisson evocou algumas das articulações discretas entre um *saber* e um *lugar*: o enquadramento das pesquisas por alguns doutores que alcançaram os postos superiores do professorado e que “decidem carreiras universitárias¹⁷”; a imposição exercida pelo tabu social da tese monumental¹⁸; o laço entre a frágil influência da teoria marxista e o recrutamento social do “pessoal erudito, possuidor de cátedras e de presidências¹⁹”; os efeitos de uma instituição fortemente hierarquizada e centralizada sobre a evolução científica da história, que é de uma notável “tranqüilidade” há três quartos de século²⁰. É também necessário sublinhar os interesses, exclusivamente nacionais, de uma historiografia voltada para as querelas internas (luta-se contra Seignobos ou a favor de Febvre), circunscrita pelo chauvinismo lingüístico da cultura francesa, privilegiando as expedições às regiões mais próximas da referência latina (o mundo mediterrânico, a Espanha, a Itália ou a América Latina), limitada, além disso, nos seus meios financeiros, etc.

Entre muitos outros, estes traços remetem o “estatuto de uma ciência” a uma situação social que é o seu *não-dito*. É, pois, impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente; ou sonhar com uma renovação da disciplina, assegurada pela única e exclusiva modificação de seus conceitos, sem que intervenha uma transformação das situações assentadas. Sob este aspecto, como indicam as pesquisas de Jürgen Habermas, uma “repolitização” das ciências humanas se impõe: não se poderia dar conta dela ou permitir-lhe o progresso sem uma “teoria crítica” de sua situação atual na sociedade²¹.

A questão que a sociologia crítica de Habermas aponta já está, aliás, delineada no discurso histórico. Sem esperar as denúncias do teórico o texto assume, ele próprio, sua relação com a instituição. Por exemplo, o *nós* do autor remete a uma *convenção* (dir-se-ia em semiótica, que ele remete a um “verossímil enunciativo”). No texto ele é a encenação de um contrato social “entre nós”. É um sujeito plural que “sustenta” o discurso. Um “nós” se apropria da linguagem pelo fato de ali ser posto como locutor²². Por aí se verifica a prioridade do discurso histórico²³ em cada obra historiográfica particular. A mediação deste “nós” elimina a alternativa que atribuiria a história *ou* a um indivíduo (o autor, sua filosofia pessoal, etc.) *ou* a um sujeito global (o tempo, a sociedade, etc.). Substitui a estas

pretensões subjetivas ou a estas generalidades edificantes a positividade de um *lugar* onde o discurso se articula sem, entretanto, reduzir-se a ele.

Ao “nós” do autor corresponde aquele dos verdadeiros leitores. O público não é o verdadeiro destinatário do livro de história, mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral. Como o aluno de outrora falava à classe tendo por detrás dele seu mestre, uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus “pares” e seus “colegas”, que a apreciam segundo critérios científicos diferentes daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica. Existem as *leis* do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas. Elas organizam uma “polícia” do trabalho. Não “recebido” pelo grupo, o livro cairá na categoria de “vulgarização” que, considerada com maior ou menor simpatia, não poderia definir um estudo como “historiográfico”. Ser-lhe-á necessário o ser “acreditado” para aceder à enunciação historiográfica. “O estatuto dos indivíduos que tem — e somente eles — o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir um discurso semelhante²⁴” depende de uma “agregação” que classifica o “eu” do escritor no “nós” de um trabalho coletivo, ou que habilita um locutor a falar o discurso historiográfico. Este discurso — e o grupo que o produz — *faz* o historiador, mesmo que a ideologia atomista de uma profissão “liberal” mantenha a ficção do sujeito autor e deixe acreditar que a pesquisa individual constrói a história.

Mais genericamente um texto histórico (quer dizer, uma nova interpretação, o exercício de métodos novos, a elaboração de outras pertinências, um deslocamento da definição e do uso do documento, um modo de organização característico, etc.) enuncia uma operação que se situa num conjunto de práticas. Este aspecto é o primeiro. É o essencial numa pesquisa científica. Um estudo particular será definido pela relação que mantém com outros, contemporâneos, com um “estado da questão”, com as problemáticas exploradas pelo grupo e os pontos estratégicos que constituem, com os postos avançados e os vazios determinados como tais ou tornados pertinentes com relação a uma pesquisa em andamento. Cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado.

Finalmente, o que é uma “obra de valor” em história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso com relação ao

estatuto atual dos “objetos” e dos métodos históricos e, que, ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis, por sua vez, novas pesquisas. O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao *complexo* de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma “realidade” passada. É o *produto* de um *lugar*.

3. Os historiadores na sociedade.

Segundo uma concepção bastante tradicional na *intelligentsia* francesa, desde o elitismo do século XVIII, convencionou-se que não se introduziria na *teoria* o que se faz na *prática*. Assim, falar-se-á de “métodos” mas sem o impudor de evocar seu valor de *iniciação* a um grupo (é *preciso* aprender ou praticar os “bons” métodos para ser introduzido no grupo), ou sua relação com uma *força* social (os métodos são meios graças aos quais se protege, se diferencia e se manifesta o poder de um corpo de mestres e de letrados). Estes “métodos” esboçam um comportamento institucional e as leis de um meio. Nem por isso deixam de ser científicos. Supor uma antinomia entre uma análise *social* da ciência e sua interpretação em termos de história das *idéias*, é a falsidade daqueles que acreditam que a ciência é “autônoma” e que, a título desta dicotomia, consideram como não pertinente a análise de determinações sociais, e como estranhas ou acessórias as imposições que ela desvenda.

Estas imposições não são acidentais. Elas fazem parte da pesquisa. Longe de representar a inconfessável intromissão de um estranho no Santo dos santos da vida intelectual, constituem a textura dos procedimentos científicos. Cada vez mais o trabalho se articula com base em *equipes*, líderes, meios financeiros e, portanto, também pela mediação de créditos, fundamentados nos privilégios que proximidades sociais ou políticas proporcionam a tal ou qual estudo. E, igualmente, organizado por uma *profissão* que tem suas próprias hierarquias, suas normas centralizadoras, seu tipo de recrutamento psicossocial²⁵. Apesar das tentativas feitas para romper as fronteiras, está instalado no círculo da *escrita*: nesta história que se escreve, abriga prioritariamente aqueles que escreveram, de maneira tal que a obra de história reforçasse uma tautologia sócio-cultural entre seus autores (letrados), seus objetos (livros, manuscritos, etc.) e seu público (cultivado). Este trabalho está ligado a um *ensino*, logo, às flutuações

de uma clientela; às pressões que esta exerce ao se expandir; aos reflexos de defesa, de autoridade ou de recuo que a evolução e os movimentos dos estudantes provocam entre os mestres; à introdução da cultura de massa numa universidade massificada que deixa de ser um pequeno lugar de trocas entre pesquisa e pedagogia. O professor é empurrado para a vulgarização, destinada ao “grande público” (estudante ou não), enquanto que o especialista se exila dos circuitos de consumo. A produção histórica se encontra partilhada entre a obra *literária* de quem “constitui autoridade” e o esoterismo *científico* de quem “faz pesquisa”...

Uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso. Isto é um “bem” ou um “mal”? Antes de mais nada é um fato, que se detecta por toda parte, mesmo onde é silenciado. Correspondências ocultas se reconhecem em coisas que começam a se mexer ou a se imobilizar juntas, em setores inicialmente tidos como estranhos. É por acaso que se passa da “história social” à “história econômica” durante o entreguerras²⁶, por volta da grande crise econômica de 1929, ou que a história cultural leva vantagem no momento em que se impõe por toda parte, com os lazeres e os *mass media*, a importância social, econômica e política da “cultura”? É um acaso que o “atomismo histórico” de Langlois e Seignobos, associado explicitamente à sociologia baseada na figura do “iniciador” (Tarde) e a uma “ciência dos fatos psíquicos” (decompondo o psiquismo em “motivos”, “impulsões” e “representações”)²⁷, tenha se combinado com o liberalismo da burguesia reinante em fins do século XIX? É um acaso que os espaços mortos da erudição — aqueles que não são nem os objetos, nem os lugares da pesquisa — venham a ser do Lozère ao Zambese regiões subdesenvolvidas, de maneira que o enriquecimento econômico cria hoje triagens historiográficas sem que a origem destas seja confessada, nem a sua pertinência assegurada?

Da reunião dos documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade. Na França de ontem, a existência de pequenas unidades sociais, solidamente constituídas, definiu diversos níveis da pesquisa: arquivos circunscritos aos acontecimentos do grupo e ainda próximos dos documentos de família; uma categoria de mecenas ou de autoridades que se propõe a “proteção” de um patrimônio, de clientes ou de idéias; um recrutamento de eruditos-letrados devotados a uma causa e adotando com relação à sua grande ou pequena pátria a divisa dos *Monumenta Germaniae: Sanctus amor patriae dat animum*; obras “consagradas” a assuntos de interesse local, fornecendo uma linguagem própria para leitores limitados, porém fiéis, etc.

Os estudos feitos a respeito de assuntos mais vastos tampouco escapam a esta regra, mas a unidade social da qual dependem não é mais do mesmo tipo: não é mais uma localidade, mas a intelligentsia acadêmica, depois universitária, que se “distingue” ao mesmo tempo da “pequena história”, do provincianismo e da arraia miúda, antes que, tendo aumentado seu poder com a crescente expansão centralizadora da Universidade, imponha as normas e os códigos do evangelismo leigo, liberal e patriótico, elaborado no século XIX pelos “burgueses conquistadores”.

Tanto mais que, quando Lucien Febvre, durante o entreguerras, declara querer retirar da história do século XVI “o hábito” das querelas de antanho e libertá-la, por exemplo, das categorias impostas pelas guerras entre católicos e protestantes²⁸, ele demonstra inicialmente o esmaecimento das lutas ideológicas e sociais que, durante o século XIX, reaproveitam as bandeiras dos “partidos” religiosos a serviço de campanhas homólogas. Na verdade, as disputas religiosas prosseguiram durante muito tempo, ainda que em terrenos não-religiosos: entre republicanos e tradicionalistas, ou entre a escola pública e a escola “livre”. Mas quando estas lutas perdem sua importância sócio-política após a guerra de 1914, quando as forças que elas opunham se fragmentam em compartimentos diversos, quando se formam “reuniões” ou “frentes” comuns e a economia organiza a linguagem da vida francesa, *torna-se possível* considerar Rabelais como cristão — quer dizer, testemunha de um tempo *passado* —, libertar-se de divisões que não mais se inscrevem no vivido de uma sociedade e, portanto, de não mais privilegiar os Reformados, ou os Democratas cristãos na historiografia universitária política ou religiosa. O que isto indica não são concepções melhores ou mais objetivas. Uma mudança da sociedade permite ao historiador um afastamento com relação aquilo que se torna, globalmente, um passado.

Deste ponto de vista L. Febvre procede da mesma maneira que os seus predecessores. Estes adotavam como postulados de sua compreensão a estrutura e as “evidências” sociais de seu grupo, com o risco de fazê-los sofrerem um desvio crítico. O fundador dos *Annales*, não faz ele a mesma coisa quando promove uma Busca e uma *Reconquista** histórica do “Homem”, imagem “soberana” no centro do universo de seu meio burguês²⁹; quando chama de “história global” o panorama que se abre aos olhos de uma magistratura universitária; quando, com a “mentalidade” a “psicolo-

* N. da T. — Reconquista, no original.

gia coletiva” e todo o instrumental do *Zusammenhang* ele situa uma estrutura ainda “idealista³⁰”, que funciona como antídoto da análise marxista, e esconde sob a homogeneidade “cultural” os conflitos de classe nos quais ele mesmo se encontra implicado³¹? Nem por ser tão genial e nova sua história está menos *marcada*, socialmente, do que aquelas que rejeita, mas se ele pode superá-las é porque elas correspondem a situações *passadas*, e porque um outro “hábito” lhe foi imposto, de confecção, pelo lugar que ocupa nos conflitos do seu presente.

Com ou sem o fogo que crepita nas obras de L. Febvre, a mesma coisa ocorre por toda parte hoje (mesmo deixando de lado o papel das clivagens sociais e políticas até nas publicações e nomeações, onde funcionam os interditos técnicos). Sem dúvida não se trata mais de uma guerra entre os partidos, ou entre os grandes corpos de antigamente (o Exército, a Universidade, a Igreja, etc.); é que a hemorragia de suas forças provoca a folklorização de seus programas³² e as verdadeiras batalhas não se resolvem mais aí. A “neutralidade” remete à metamorfose das convicções em ideologias, numa sociedade, tecnocrática e produtivista, anônima que não sabe mais designar suas escolhas nem indicar seus poderes (para os ratificar ou confessar). Assim, na Universidade colonizada, corpo privado de autonomia na medida em que se tornou enorme, entregue agora às instruções e às pressões vindas de outras partes, o expansionismo cientificista ou as “cruzadas” humanistas de ontem são substituídas por retiradas. No que concerne às opções, o silêncio substitui a afirmação. O discurso assume uma cor de parede: “neutra”. Transforma-se mesmo numa maneira de defender *lugares* ao invés de ser o enunciado de “causas” capazes de articular um desejo. Ele não pode mais falar daquilo que o determina: um labirinto de posições a respeitar e de influências a solicitar. Aqui, o *não-dito* é ao mesmo tempo o inconfessado de textos que se tomaram pretextos, a exterioridade daquilo que se faz com relação àquilo que se diz, e a eliminação de um lugar ou de uma força que se articula numa linguagem. Não seria isso, aliás, o que “traí” a referência de uma historiografia “conservadora” a um “inconsciente”, dotado de uma estabilidade mágica, e transformado em fetiche pela necessidade que se tem, “apesar de tudo”, de afirmar um poder próprio do qual já se “sabe bem” que desapareceu³³?

4. O que permite e o que proíbe: o lugar.

Antes de saber o que a história *diz* de uma sociedade, é necessário saber como *funciona* dentro dela. Esta instituição se inscreve num comple-

xo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele *torna possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas *torna* outras *impossíveis*; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação entre *permissões* e *interdição* é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com *qualquer coisa*. É igualmente sobre esta combinação que age o trabalho destinado a modificá-la.

De toda maneira, a pesquisa está circunscrita pelo lugar que define uma conexão do possível e do impossível. Encarando-a apenas como um “dizer”, acabar-se-ia por reintroduzir na história a *lenda*, quer dizer, a substituição de um não-lugar ou de um lugar imaginário pela articulação do discurso com um lugar social. Pelo contrário, a história se define inteira por uma *relação da linguagem com o corpo* (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passado, morto) do qual se fala.

De parte a parte, a história permanece configurada pelo sistema no qual se elabora. Hoje como ontem, é determinada por uma fabricação localizada em tal ou qual ponto deste sistema. Também a consideração deste lugar, no qual se produz, é a única que permite ao saber historiográfico escapar da inconsciência de uma classe que se desconheceria a si própria, como classe, nas relações de produção e, que, por isso, desconheceria a sociedade onde está inserida. A articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade. Sabe-se, aliás, que tanto no marxismo quanto no freudianismo não existe análise que não seja integralmente dependente da situação criada por uma relação, social ou analítica.

Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou “edificante”), nem a-tópica (sem pertinência). Sendo a denegação da particularidade do lugar o próprio princípio do discurso ideológico, ela exclui toda teoria. Bem mais do que isto, instalando o discurso em um não-lugar, proíbe a história de falar da sociedade e da morte, quer dizer, proíbe-a de ser a história.

II. UMA PRÁTICA

“Fazer história” é uma prática. Sob este ângulo podemos passar para uma perspectiva mais pragmática, considerando os caminhos que se abrem sem se prender mais à situação epistemológica que, até aqui, foi desvendada pela sociologia da historiografia.

Na medida em que a Universidade permanece estranha à prática e à tecnicidade³⁴, nela se classifica como “ciência auxiliar” tudo que coloca a história em relação com técnicas: ontem a epigrafia, a papirologia, a paleografia, a diplomática, a codicologia, etc.; hoje a musicologia, o “folklorismo”, a informática, etc. A história não começaria senão com a “nobre palavra” da interpretação. Ela seria, finalmente, uma arte de discorrer que apagaria, pudicamente, vestígios de um trabalho. Na verdade existe aí uma opção decisiva. O lugar que se dá à técnica coloca a história do lado da literatura ou da ciência.

Se é verdade que a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo, isto ocorre, inicialmente, por causa de suas técnicas de produção. Falando em geral, cada sociedade se pensa “historicamente” com os instrumentos que lhe são próprios. Mas o termo instrumento é equívoco. Não se trata apenas de meios. Como Serge Moscovici demonstrou magistralmente³⁵, ainda que numa perspectiva diferente, a história é mediada pela técnica. Desta maneira se relativiza o privilégio que a história social teve durante todo o século XIX — e, freqüentemente, ainda em nossos dias. Com a relação de uma sociedade consigo mesma, com o “tornar-se outro” do grupo segundo uma dialética *humana*, se combina, central na atividade científica presente, o futuro da *natureza* que é “simultaneamente um dado e uma obra³⁶”.

É nesta fronteira mutável, entre o *dado* e o *criado*, e finalmente entre a natureza e a cultura, que ocorre a pesquisa. A biologia descobre na “vida” uma linguagem falada antes que apareça um locutor. A psicanálise revela no discurso a articulação de um desejo constituído diferentemente do que o diz a consciência. Num campo distinto, a ciência do meio ambiente não mais permite isolar das estruturas *naturais*, que transforma, a extensão indefinida das construções *sociais*.

Este imenso canteiro de obras opera uma “renovação [da natureza], provocada pela nossa intervenção³⁷”. Ele “liga diferentemente a humanidade e a matéria³⁸”. De tal maneira que a ordem social se inscreve como forma da ordem natural, e não como entidade oposta a ela³⁹”. Existe aí com que modificar profundamente uma história que teve como “setor cen-

tral” “a história social, quer dizer, a história dos grupos sociais e de suas relações⁴⁰”. Esta já está se voltando pouco a pouco para o econômico, depois para as “mentalidades”, oscilando assim entre os dois termos da relação que a pesquisa privilegia cada vez mais. Os sinais se multiplicam. Uma orientação que esboçava, no entreguerras, o interesse pela geografia e por uma “história dos homens em suas relações estreitas com a terra⁴¹”, se acentua com os estudos sobre a construção e as combinações dos espaços urbanos⁴², sobre a transumância de plantas e seus efeitos sócio-econômicos⁴³, sobre a história das técnicas⁴⁴, sobre as mutações da sexualidade, sobre a doença, a medicina e a história do corpo⁴⁵, etc.

Mas estes campos abertos à história não podem ser apenas objetos novos fornecidos a uma instituição imutável. A própria história entra nesta relação do discurso com as técnicas que o produzem. É preciso encarar como ela trata os elementos “naturais” para os transformar em um *ambiente* cultural, como faz aceder à simbolização literária as transformações que se efetuam na relação de uma sociedade com a sua natureza. De resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das “neves eternas⁴⁶”, o historiador *faz outra coisa*: faz deles a história. Artificializa a natureza. Participa do trabalho que transforma a natureza em ambiente e, assim modifica a natureza do homem. Suas técnicas o situam, precisamente, nesta articulação. Colocando-se ao nível desta prática, não mais se encontra a dicotomia que opõe o *natural* ao *social*, mas a conexão entre uma socialização da natureza e uma “naturalização” (ou materialização) das relações sociais.

1. A articulação natureza-cultura.

Sem dúvida, é demasiado afirmar que o historiador tem “o tempo” como “material de análise” ou como “objeto específico”. Trabalha, de acordo com os seus métodos, os objetos físicos (papéis, pedras, imagens, sons, etc.) que distinguem, no *continuum* do percebido, a organização de uma sociedade e o sistema de pertinências próprias de uma “ciência”. Trabalha sobre um material para transformá-lo em história. Empreende uma manipulação que, como as outras, obedece as regras. Manipulação semelhante é aquela feita com o mineral já refinado. Transformando inicialmente matérias-primas (uma informação primária) em produtos *standard* (informações secundárias), ele os transporta de uma região da cultura (as “curiosidades”, os arquivos, as coleções, etc.) para outra (a história). Uma obra “histórica” participa do movimento através do qual uma socie-

dade modificou sua relação com a natureza, transformando o natural em utilitário (por exemplo, a floresta em exploração), ou em estético (por exemplo, a montanha em paisagem), ou fazendo uma instituição social passar de um estatuto para outro (por exemplo, a igreja convertida em museu).

Mas o historiador não se contenta em traduzir de uma linguagem cultural para outra, quer dizer, produções sociais em objetos de história. Ele pode transformar em cultura os elementos que extrai de campos naturais. Desde a sua documentação (onde ele introduz pedras, sons, etc.) até o seu livro (onde plantas, micróbios, geleiras, adquirem o estatuto de objetos simbólicos), ele procede a um deslocamento da articulação natureza/cultura. Modifica o espaço, da mesma forma que o urbanista, quando integra o campo no sistema de comunicação da cidade, o arquiteto quando transforma o lago em barragem, Pierre Henry quando transforma o rangido de uma porta em tema musical, e o poeta que altera as relações entre “ruído” e “mensagem”... Modifica o meio ambiente através de uma série de transformações que deslocam as fronteiras e a topografia interna da cultura. Ele “civiliza” a natureza — o que sempre significou que a “coloniza” e altera.

Constata-se hoje, é verdade, que um volume crescente de livros históricos se torna romanesco ou legendário, e não mais produz estas transformações nos campos da cultura. Enquanto que, pelo contrário, a “literatura” visa um trabalho sobre a linguagem, e o texto põe em cena “um movimento de reorganização, uma circulação mortuária que produz, destruindo⁴⁷”. Isto quer dizer que, assim, a história deixa de ser “científica”, enquanto que a literatura se torna tal. Quando o historiador supõe que um passado já *dado* se desvenda no seu texto, ele se alinha com o comportamento do consumidor. Recebe, passivamente, os objetos distribuídos pelos produtores.

Em história, como alhures, é científica a operação que transforma o “meio” — ou que faz de uma organização (social, literária, etc.) a condição e o lugar de uma *transformação*. Dentro de uma sociedade ela se move, pois, num dos seus pontos estratégicos, a articulação da cultura com a natureza. Em história, ela instaura um “governo da natureza”, de uma forma que concerne à relação do presente com o passado — não sendo este um “dado”, mas um produto.

Deste traço comum a toda pesquisa científica, precisamente onde ela é uma técnica, é possível realçar as marcas. Não pretendo retornar aos métodos da história. Através de algumas sondagens trata-se apenas de evocar

o tipo de problema teórico que suscita, em história, o exame de seu “aparelho” e de seus procedimentos técnicos.

2. O estabelecimento das fontes ou a redistribuição do espaço.

Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto *a priori*. Ele forma a “coleção”. Constitui as coisas em um “sistema marginal”, como diz Jean Baudrillard⁴⁸; ele as exila da prática para as estabelecer como objetos “abstratos” de um saber. Longe de aceitar os “dados”, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente. E o vestígio dos atos que modificam uma *ordem* recebida e uma *visão* social⁴⁹. Instauradora de signos, expostos a tratamentos específicos, esta ruptura não é, pois, nem apenas nem primordialmente, o efeito de um “olhar”. É necessário aí uma operação técnica.

As origens de nossos Arquivos modernos já implicam, com efeito, na combinação de um *grupo* (os “eruditos”), de *lugares* (as “bibliotecas”) e de *práticas* (de cópia, de impressão, de comunicação, de classificação, etc.). É, em pontilhados, a indicação de um complexo técnico, inaugurado no Ocidente com as “coleções”, reunidas na Itália e, depois, na França, a partir do século XVI, e financiadas pelos grandes Mecenas para se apropriarem da história (os Médicis, os duques de Milão, Carlos de Orleães e Luís XII, etc.). Nelas se conjugam a criação de um novo *trabalho* (“coleccionar”), a satisfação de novas *necessidades* (a justificação de grupos familiares e políticos recentes, graças à instauração de tradições, de cartas e de “direitos de propriedade” específicos), e a produção de novos *objetos* (os documentos que se isolam, conservam e recopiam) cujo sentido, de agora em diante, é definido pela sua relação com o todo (a coleção). Uma ciência que nasce (“a erudição” do século XVII) recebe com estes “estabelecimentos de fontes” — instituições técnicas — sua base e suas regras.

Inicialmente ligado com a atividade jurídica dos homens da pena e da toga, advogados, funcionários, conservadores de arquivos⁵⁰, o empreen-

dimento se faz expansionista e conquistador, depois de passar pelas mãos dos especialistas. É produtor e reproduzidor. Obedece à lei da multiplicação. A partir de 1470, ele se alia à imprensa⁵¹: a “coleção” se torna “biblioteca”. Colecionar, durante muito tempo, é fabricar objetos: copiar ou imprimir, reunir, classificar... E com os produtos que multiplica, o colecionador se torna um ator na cadeia de uma *história por fazer* (ou por refazer), de acordo com novas pertinências intelectuais e sociais. Desta maneira, a coleção, produzindo uma transformação dos instrumentos de trabalho, redistribui as coisas, redefine unidades de saber, instaura um lugar de começo, construindo uma “máquina gigantesca” (Pierre Chaunu) a qual tornará possível uma outra história.

O erudito quer totalizar as inumeráveis “raridades” que as trajetórias indefinidas de sua curiosidade lhe trazem e, portanto, inventar linguagens que assegurem a compreensão delas. A julgá-lo pela evolução de seu trabalho (passando por Peiresc e Kircher, até Leibniz), o erudito se orienta, desde o final do século XVI, para a *invenção* metódica de novos sistemas de signos, graças a procedimentos analíticos (decomposição, recomposição)⁵². Ele está possuído pelo sonho de uma taxonomia totalizante e pela vontade de criar instrumentos universais adequados à esta paixão pelo exaustivo. Por intermédio da *cifra*, central nesta “arte do deciframento”, existem homologias entre a erudição e as matemáticas. Na verdade à *cifra*, código destinado a construir uma “ordem”, se opõe, então, o *símbolo*: este ligado a um texto *recebido*, que remete a um *sentido oculto* na imagem (alegoria, braço, emblema, etc.), implica a necessidade de um *comentário autorizado* da parte de quem é suficientemente “sábio” ou profundo para reconhecer este sentido⁵³. Mas, do ponto de vista da cifra, desde as séries de “raridades” até as linguagens artificiais ou universais — digamos de Peiresc a Leibniz —, se os limiares e os desvios são numerosos, inscrevem-se, entretanto, na linha do desenvolvimento que instaura a *construção de uma linguagem* e, portanto, a produção de técnicas e de objetos próprios.

O estabelecimento das fontes solicita, também, hoje, um gesto fundador, representado, como ontem, pela combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas. Primeiro indício deste deslocamento: não há trabalho que não tenha que utilizar *de outra maneira* os recursos conhecidos e, por exemplo, mudar o funcionamento de arquivos definidos, até agora, por um uso religioso ou “familiar”⁵⁴. Da mesma forma, a título de novas pertinências, constitui como documentos utensílios, composições culinárias, cantos, imagens populares, uma disposição dos terrenos, uma topogra-

fia urbana, etc. Não se trata apenas de fazer falar estes “imensos setores adormecidos da documentação”⁵⁵ e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma *outra coisa* que funciona diferentemente. Da mesma forma não se pode chamar “pesquisa” ao estudo que adota pura e simplesmente as classificações do ontem que, por exemplo, “se atêm” aos limites propostos pela série H dos Arquivos e que, portanto, não define um *campo* objetivo próprio. Um trabalho é “científico” quando opera uma *redistribuição do espaço* e consiste, primordialmente, em *se dar* um lugar, pelo “estabelecimento das fontes” — quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras.

Os procedimentos desta instituição suscitam hoje problemas mais fundamentais do que os apontados por estes primeiros indícios. Pois, cada prática histórica⁵⁶ não estabelece seu lugar senão graças ao *aparelho* que é ao mesmo tempo a condição, o meio e o resultado de um deslocamento. Semelhantes às fábricas do paleolítico, os Arquivos nacionais ou municipais constituem um segmento do “aparelho” que, ontem, determinava as operações adequadas a um sistema de pesquisa. Mas não se pode tentar mudar a utilização dos Arquivos sem que sua forma mude. A mesma instituição técnica impede que sejam fornecidas respostas novas a questões diferentes. Na verdade, a situação é inversa: outros “aparelhos” permitem agora, à pesquisa, questões e respostas novas. Certamente uma ideologia do “fato” histórico “real” ou “verdadeiro” paira ainda na atmosfera da época; prolifera mesmo numa literatura sobre a história. Mas é a folklorização de práticas antigas: esta palavra congelada sobrevive a batalhas finadas; ela apenas mostra o atraso das “idéias” recebidas com relação às práticas que cedo ou tarde vão modificá-las.

A transformação do “arquivístico” é o ponto de partida e a condição de uma história nova. Está destinada a representar o mesmo papel que a “máquina” erudita dos séculos XVII e XVIII. Eu não usaria senão um exemplo: a intervenção do *computador*. François Furet demonstrou alguns dos efeitos produzidos pela “constituição de novos arquivos, conservados em fitas perfuradas”: não há significante senão em função de uma série, e não com relação a uma “realidade”; não é objeto de pesquisa senão aquilo que é formalmente construído, antes da programação, etc.⁵⁷ Isto não é ainda senão um elemento particular e quase um sintoma de uma instituição científica mais ampla. A análise contemporânea altera os procedimentos ligados à “análise simbólica” que prevaleceu a partir do romantismo e que buscou *reconhecer um sentido dado e oculto*: ela reencontra a confian-

ça na abstração que é hoje um conjunto formal de relações ou “estruturara”⁵⁸. Sua prática consiste em *construir* “modelos” propostos decisorariamente, em “substituir o estudo do fenômeno concreto pelo estudo de um objeto constituído por sua definição”, em julgar o valor científico deste objeto segundo o “campo de questões” a que permite responder e segundo as respostas que fornece, finalmente, em “fixar os limites da significabilidade deste modelo”⁵⁹.

Este último ponto é capital em história. Pois, se é verdade que de um modo geral a análise científica contemporânea pretende *reconstruir* o objeto a partir de “simulacros” ou de “cenários”, quer dizer, adquirir, com os modelos relacionais e as linguagens (ou metalinguagens) que ela produz, o meio de multiplicar ou de transformar sistemas constituídos (físicos, literários ou biológicos), a história tende a evidenciar os “limites da significabilidade” destes modelos ou destas linguagens: reencontra, sob esta forma de *limite* relativo a *modelos*, aquilo que ontem aparecia como um *passado* relativo a uma epistemologia da *origem* ou do fim. Sob este aspecto ela parece fiel ao seu propósito fundamental, que sem dúvida continua por definir, mas do qual se pode dizer desde já, que liga simultaneamente ao real e à morte.

A especificação de seu papel não é determinada pelo próprio aparelho (o computador, por exemplo) que coloca a história no conjunto das imposições e das possibilidades nascidas da instituição científica presente. A elucidação do que é *próprio* da história está descentrada, com relação a este aparelho: ela refluí para o tempo *preparatório* de programação, que torna necessária a passagem pelo aparelho, e é lançada para a outra extremidade, para o tempo de *exploração* que os resultados obtidos expõem. Ela se elabora em função dos *interditos* que a máquina fixa, por objetos de pesquisa a construir e, em função daquilo que *permite* esta máquina, por um modo de tratar os produtos *standard* da informática. Mas, estas duas operações se articulam necessariamente na instituição técnica que inscreve cada pesquisa num “sistema generalizado”.

As bibliotecas de ontem exerciam, também, a função de “colocar” a erudição dentro de um sistema de pesquisa. Mas tratava-se de um sistema regional. Também os “momentos” epistemológicos (conceituação, documentação, tratamento ou interpretação), hoje distintos no interior de um sistema generalizado, podiam estar extremamente misturados no sistema regional da erudição antiga. O *estabelecimento* das fontes (pela mediação de seu aparelho atual) não provoca apenas uma nova repartição das rela-

ções razão/real ou cultura/natureza; ele é o princípio de uma redistribuição epistemológica dos momentos da pesquisa científica.

No século XVII, a biblioteca Colbertina — ou suas homólogas — eram o ponto de encontro onde se elaboravam, em comum, as regras próprias da erudição. Uma ciência se desenvolvia em torno deste aparelho, que permanece o lugar onde circulam, ao qual remetem e se submetem os pesquisadores. “Ir aos Arquivos” é o enunciado de uma lei tácita da história. Neste lugar central uma outra instituição está sendo substituída. Ela também impõe uma lei à prática, mas uma lei diferente. Devemos, igualmente, considerar primeiro a instituição técnica que, como um momento, organiza o lugar onde circula de agora em diante a pesquisa científica, antes de analisar mais de perto as trajetórias operacionais que a história esboça neste espaço novo.

3. Fazer surgir diferenças: do modelo ao desvio.

A utilização das técnicas atuais de informação leva o historiador a separar aquilo que, em seu trabalho, até hoje esteve ligado: a *construção* de objetos de pesquisa e, portanto, das unidades de compreensão; a acumulação dos “dados” (informação secundária, ou material refinado) e sua arrumação em lugares onde possam ser classificados e deslocados⁶⁰; a *exploração* é viabilizada através das diversas operações de que este material é susceptível.

Nesta linha o trabalho teórico se desempenha, propriamente falando, na relação entre os pólos extremos da operação inteira: por um lado, a construção dos modelos; por outro lado, a atribuição de uma significabilidade aos resultados obtidos ao final das combinações informáticas. A forma mais visível desta relação consiste, finalmente, em tornar pertinentes *diferenças* adequadas às unidades formais precedentemente construídas; em *descobrir o heterogêneo* que seja tecnicamente utilizável. A “interpretação” antiga se torna, em função do material produzido pela constituição de séries e de suas combinações, a evidenciação dos *desvios relativos quanto aos modelos*.

Sem dúvida este esquema permanece abstrato. Muitos estudos atuais tornam mais passíveis de apreensão o seu movimento e o seu sentido. Por exemplo, a análise histórica não tem como resultado essencial uma relação quantitativa da altura e da alfabetização entre os recrutas de 1819 à 1826, nem mesmo a demonstração de uma sobrevivência do Antigo Regime na França pós-revolucionária, mas as coincidências imprevistas, as incoerên-

cias ou as ignorâncias que esta investigação fez aparecer⁶¹. O importante não é a combinação de séries, obtida graças a um isolamento prévio de traços significantes, de acordo com modelos pré-concebidos, mas, por um lado, a relação entre estes modelos e os limites que seu emprego sistemático faz aparecer e, por outro lado, a capacidade de transformar estes limites em problemas tecnicamente tratáveis. Estes dois aspectos são, aliás, coordenados, pois se a diferença é *manifestada* graças à extensão rigorosa dos modelos construídos, ela é *significante* graças à relação que mantém com eles a título de desvio — e é assim que leva a um retorno aos modelos para corrigi-los. Poder-se-ia dizer que a formalização da pesquisa tem, precisamente, por objetivo produzir “erros” — insuficiências, falhas — cientificamente utilizáveis.

Este procedimento parece inverter a história tal como se praticava no passado. Partia-se de vestígios (manuscritos, peças raras, etc.) em número limitado e tratava-se de apagar toda a sua diversidade, de unificá-la em uma compreensão coerente⁶². Porém, o valor desta totalização indutiva dependia, então, da quantidade de informações acumuladas. Vacilava quando sua base documental era comprometida pelas colheitas relatadas por novas investigações. A pesquisa — e seu protótipo, a tese — tendiam a prolongar indefinidamente o tempo da informação, com o fim de retardar o momento fatal, quando elementos desconhecidos viriam minar suas bases. Frequentemente monstruoso, o desenvolvimento quantitativo da caça aos documentos terminou por introduzir no próprio trabalho, tornado interminável, a lei que o destinava à caducidade assim que terminado. Um limiar foi ultrapassado, além do qual esta situação se inverte, passa-se a mudanças incessantes de modelos.

Com efeito, o estudo se estabelece hoje de imediato sobre unidades definidas por ele mesmo, na medida em que se torna e deve tornar-se capaz de fixar *a priori* objetos, níveis e taxonomias de análise. A coerência é inicial. A quantidade de informação tratável em função destas normas tornou-se, com o computador, indefinida. A pesquisa muda de *front*. Apoiando-se nas totalidades formais, propostas decisoramente, ela se volta para os desvios que as combinações lógicas das séries revelam. Joga com os limites. Para retomar um vocabulário antigo, que não mais corresponde à sua nova trajetória, poder-se-ia dizer que ela não mais parte de “raridades” (restos do passado) para chegar a uma síntese (compreensão presente), mas que parte de uma formalização (um sistema presente) para dar lugar aos “restos” (indícios de limites e, portanto, de um passado que é produto do trabalho).

Este movimento é, sem dúvida, precipitado pelo emprego dos computadores. Ele o precedeu — da mesma forma que uma organização técnica precedeu o computador, que é um sintoma a mais desta. Com efeito, é preciso constatar um fenômeno estranho na historiografia contemporânea. O historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula *em torno* das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista se transforma num vagabundo. Numa sociedade devotada à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige para as Marcas das grandes regiões exploradas. “Faz um desvio” para a feitiçaria⁶³, a loucura⁶⁴, a festa⁶⁵, a literatura popular⁶⁶, o mundo esquecido dos camponeses⁶⁷, a Ocitânia⁶⁸, etc., todas elas zonas silenciosas.

Estes novos objetos de estudo atestam um movimento que se esboça, já há vários anos, nas estratégias da história. Assim, Fernand Braudel mostrou como os estudos das “áreas culturais” têm como vantagem situar-se, de agora em diante, nos lugares de trânsito, onde são detectáveis os fenômenos de “fronteira”, de “empréstimo” ou de “recusa⁶⁹”. O interesse científico destes trabalhos se prende à relação que eles mantêm com as totalidades propostas ou supostas — “uma coerência no espaço”, “uma permanência no tempo”, — e com as correções que permitem lhes aduzir. Sem dúvida é necessário encarar desta perspectiva muitas das pesquisas atuais. A própria biografia assume o papel de uma distância e de uma margem *proporcionadas* às construções globais. A pesquisa se dá objetos que têm a forma de sua prática: eles lhe fornecem o meio de *fazer aparecer diferenças* relativas às continuidades ou às unidades das quais parte a análise.

4. O trabalho sobre o limite.

Esta estratégia da prática histórica prepara-a para uma teorização mais de acordo com as possibilidades oferecidas pelas ciências da informação. Parece que ela especifica, cada vez mais, não apenas os métodos, mas a função da história no conjunto das ciências atuais. Com efeito, seus métodos não mais consistem em buscar objetos “autênticos” para o conhecimento; seu papel social não é mais (exceto na literatura especular, dita de vulgarização) o de prover a sociedade de representações globais de sua gênese. A história não mais ocupa, como no século XIX, este lugar *central*, organizado por uma epistemologia que, perdendo a realidade como substância ontológica, buscou reencontrá-la como força histórica, *Zeit-*

geist, e escondendo-se na interioridade do corpo social. Ela não tem mais a função totalizante que consistia em substituir a filosofia no seu papel de expressar o sentido.

Intervém à maneira de uma experimentação crítica dos modelos sociológicos, econômicos, psicológicos ou culturais. Diz-se que utiliza um “instrumental emprestado” (P. Vilar). É verdade. Mais precisamente, testa esse instrumental através de sua transferência para terrenos diferentes, da mesma forma que se testa um carro esporte, fazendo-o funcionar em pistas de corrida, em velocidades e condições que *excedam* suas normas. A história se torna um lugar de “controle” onde se exerce uma “função de falsificação⁷⁰”. Nela podem ser evidenciados os limites de significabilidade relativos aos “modelos” que são “experimentados”, um de cada vez, pela história, em campos estranhos ao de sua elaboração.

A título de exemplo, este funcionamento pode ser assinalado em dois dos seus momentos essenciais: um visa a relação com o real através do *fato histórico*; o outro, o *uso dos “modelos”* recebidos e, portanto, a relação da história com uma razão contemporânea. Dizem respeito, além disto, um à organização interna dos procedimentos históricos; o outro à sua articulação com campos científicos diferentes.

1. Os fatos encontraram seu campeão, Paul Veyne, maravilhoso decapitador de abstrações. Como é normal, ele carrega a bandeira de um movimento que o precedeu. Não apenas porque cada verdadeiro historiador permanece um poeta do detalhe e brinca sem cessar, como o esteta, com as mil harmonias que uma peça rara desperta numa rede de conhecimentos, mas sobretudo porque os formalismos dão, hoje, uma pertinência nova ao *detalhe excepcional*. Dito de outra maneira, este retorno aos fatos não pode ser arrolado numa campanha contra o monstro do “estruturalismo”, nem pode ser posto a serviço de uma regressão às ideologias ou às práticas anteriores. Pelo contrário, ele se inscreve na linha de análise estrutural, mas como um desenvolvimento. Pois, o fato de que se trata, de agora em diante, não é aquele que oferece ao saber observador a emergência de uma *realidade*. Combinado com um modelo construído ele tem a forma de uma *diferença*. O historiador não está, pois, colocado diante da alternativa de a bolsa ou a vida – a *lei* ou o *fato* (dois conceitos que, aliás, desaparecem da epistemologia contemporânea⁷¹). De seus próprios modelos ele obtém a capacidade de fazer aparecer os desvios. Se, durante algum tempo ele esperou uma “totalização⁷²”, e acreditou poder reconciliar diversos sistemas de interpretação, de modo a cobrir toda a sua informação, agora ele se interessa prioritariamente pelas manifestações complexas destas diferenças.

Deste ponto de vista, o lugar onde ele se estabelece pode ainda, por analogia, trazer o venerável nome de “fato”: o fato é a diferença.

Da mesma forma, a relação com o real se torna *uma relação* entre os termos de uma operação; Fernand Braudel já dava uma significação bem funcional à análise dos fenômenos de fronteira. Os objetos que propunha à pesquisa eram determinados em função de uma operação a empreender (e não de uma realidade a obter) e com relação a modelos existentes⁷³. Resultado deste empreendimento, o “fato” é a designação de uma relação. O acontecimento também pode reencontrar, deste modo, sua definição de ser um corte. Na verdade, ele não corta mais a espessura de uma realidade cujo solo será visível através de uma transparência da linguagem ou chegará por fragmentos à superfície do nosso saber. É inteiramente relativo a uma combinatória de séries racionalmente isoladas, passo a passo, cujos cruzamentos, condições e limites de validade serve para marcar⁷⁴.

2. Isto já implica numa maneira “histórica” de reempregar os modelos tirados de outras ciências e de situar, com relação a elas, uma função da história. Um estudo de Pierre Vilar permite explicitar este princípio. A propósito dos trabalhos de J. Marczewski e de J. -C. Toutain, ele mostrou os erros aos quais conduziria a “aplicação” sistemática de nossos conceitos e de nossos modelos econômicos contemporâneos ao Antigo Regime. Porém, o problema era mais amplo. Para Marczewski, o economista se caracteriza pela “construção de um sistema de referências”, e o historiador é aquele que “se serve da teoria econômica”. Isto é colocar uma problemática que faz de uma ciência o instrumento de outra e que pode se inverter continuamente: afinal, quem “utiliza” quem? P. Vilar destruiu tal concepção. Do seu ponto de vista, a história tinha como tarefa analisar as “condições” nas quais estes modelos são válidos e, por exemplo, tornar precisos os “limites exatos das possibilidades” de uma “econometria retrospectiva”. Manifesta um *heterogêneo relativo* aos conjuntos *homogêneos* constituídos por cada disciplina. Ela também poderá relacionar uns com os outros os limites próprios de cada sistema ou “nível” de análise (econômica, social, etc.)⁷⁵. Assim, a história se torna uma “auxiliar”, segundo uma palavra de Pierre Chaunu⁷⁶. Não que esteja “a serviço” da economia, mas a relação que ela mantém com diversas ciências lhe permite exercer, com referência a cada uma delas, uma função crítica necessária, e lhe sugere também o propósito de articular em conjunto os limites evidenciados desta maneira.

A mesma complementaridade se encontra em outros setores. Em urbanismo a história poderia “fazer, através da *diferença*, apreender a especi-

ficidade do espaço que temos o direito de exigir dos administradores atuais"; permitir "uma crítica radical dos conceitos operatórios do urbanismo"; e, inversamente, com relação aos modelos de uma nova organização espacial, dar conta de resistências sociais pela análise de "estruturas profundas de evolução lenta"⁷⁷. Uma tática do desvio especificaria a intervenção da história. Por sua vez, a epistemologia das ciências parte de uma teoria presente (na biologia, por exemplo) e reencontra a história sob forma daquilo que não era esclarecido, ou pensado, ou articulado outrora⁷⁸. O passado surgiu ali, inicialmente, como o "ausente". O entendimento da história está ligado à capacidade de organizar as diferenças ou as ausências pertinentes e hierarquizáveis porque relativas às formalizações científicas atuais.

Uma observação de Georges Canguilhem sobre a história das ciências⁷⁹ pode ser generalizada e dar a esta posição de "auxiliar" todo o seu alcance. Efetivamente, a história parece ter um objeto flutuante cuja determinação se prende menos a uma decisão autônoma do que ao seu interesse e à sua importância para as outras ciências. Um interesse científico "exterior" à história define os objetos que ela se dá e os objetos para onde se desloca sucessivamente, segundo os campos mais decisivos (sociológico, econômico, demográfico, cultural, psicanalítico, etc.) e conforme as problemáticas que os organizam. Mas o historiador assume este interesse, como uma tarefa própria no conjunto mais amplo da Pesquisa. Criou, assim, laboratórios de experimentação epistemológica⁸⁰. Na verdade, não pode dar uma forma objetiva a estes exames, a não ser combinando os modelos com outros setores da sua documentação sobre uma sociedade. Daí o seu paradoxo: ele aciona as formalizações científicas que adota para experimentá-las, com os objetos não-científicos com os quais pratica esta experiência. A história não deixou de manter a função que exerceu durante séculos por "razões" bem diferentes e que convém a cada uma das ciências constituídas: a de ser uma crítica.

5. Crítica e história.

Este trabalho sobre o limite poderia ser observado alhures, e não apenas onde recorre aos "fatos" históricos ou tratamento de "modelos" teóricos. Desde já, entretanto, aceitas, estas poucas indicações nos orientam para uma definição da pesquisa inteira. A estratégia da prática histórica implica um estatuto da história. Ninguém se espantará com o fato de que a natureza de uma ciência seja o postulado a exumar dos seus proce-

dimentos efetivos, e que este seja o único meio de os tornar precisos. Na falta do que, cada disciplina seria identificável com uma essência, do que se presumira que ela se coloca em seus avatares técnicos sucessivos, que ela sobrevive (não se sabe onde) a cada um deles, e que tem com a prática apenas uma relação accidental.

O breve exame da sua prática parece permitir uma particularização de três aspectos conexos da história: a mutação do "sentido" ou do "real" na produção de desvios significativos; a posição do particular como limite do pensável; a composição de um lugar que instaura no presente a figuração ambivalente do passado e do futuro.

1. O primeiro aspecto supõe uma mudança completa do conhecimento histórico desde há um século. Há cem anos este conhecimento representava uma sociedade a maneira de uma meditação-compilação de todo o seu devir. É verdade que a história era fragmentada numa pluralidade de histórias (biológicas, econômicas, linguísticas, etc.)⁸¹. Mas, entre estas positivamente despedaçadas, como entre os ciclos diferenciados que a caracterizavam, a cada uma, o conhecimento histórico restabelecia o Mesmo pela sua relação comum com uma evolução. Esta recosturava, pois, descontinuidades, percorrendo-as como as figuras sucessivas ou coexistentes de um mesmo sentido (quer dizer, de uma orientação) e manifestando num texto mais ou menos teleológico a unicidade interior de uma direção ou de um devir⁸².

Atualmente o conhecimento histórico é julgado mais por sua capacidade de medir exatamente os desvios — não apenas quantitativos (curvas de população, de salários ou de publicações), mas qualitativos (diferenças estruturais) — com relação às construções formais presentes. Em outros termos, conclui com aquilo que era a forma do *incipit* nos relatos históricos antigos: "Outrora não era como hoje." Cultivada metodicamente, esta distância ("não era...") tornou-se o resultado da pesquisa, em lugar de ser seu postulado e sua questão. Da mesma forma por hipótese, o "sentido" é eliminado dos campos científicos ao mesmo tempo em que estes são constituídos. O conhecimento histórico fez surgir, não um sentido, mas as exceções que a aplicação de modelos econômicos, demográficos ou sociológicos faz aparecer em diversas regiões da documentação. O trabalho consiste em produzir algo de negativo, e que seja ao mesmo tempo, significativo. Ele é especializado na fabricação das diferenças pertinentes que permitem "criar" um rigor maior nas programações e na sua exploração sistemática.

2. Próximo deste primeiro aspecto, o segundo refere-se ao elemento

ao qual se fez, com razão, a especialidade da história: o *particular* (que G. R. Elton distingue, com justeza, do “individual”). Se é verdade que o particular especifica ao mesmo tempo a atenção e a pesquisa históricas, isto não ocorre enquanto seja um objeto pensado, mas pelo contrário, por estar no *limite do pensável*. Não é pensado senão universal. O historiador se instala na fronteira onde a lei de uma inteligibilidade encontra seu limite como aquilo que deve incessantemente ultrapassar, deslocando-se, e aquilo que não deixa de encontrar sob outras formas. Se a “compreensão” histórica não se fecha na tautologia da lenda ou se refugia no ideológico, terá como característica, não primordialmente, tornar pensáveis séries de dados triados (ainda que isto seja a sua “base”), mas *não renunciar nunca à relação que estas “regularidades” mantêm com “particularidades”* que lhe escapam. O detalhe biográfico, uma toponímia aberrante, uma baixa local de salários, etc., todas estas formas de exceção simbolizadas pela importância do nome próprio em história, renovam a tensão entre os sistemas explicativos e o “isto” ainda inexplicado. E designar *isto* como um “fato” não é senão um modo de nomear o incompreendido; é um *Meinen* e não um *Verstehen*. Mas é também manter como necessário aquilo que é ainda impensado⁸³.

Sem dúvida é preciso ligar a esta experiência o pragmatismo que vela em cada historiador, e que o leva tão rápido a expor a teoria ao ridículo. Mas seria ilusório acreditar que a simples menção “é um fato” ou que o “aconteceu” equivale a uma compreensão. A crônica ou a erudição que se contenta com adicionar particularidades apenas ignora a lei que a organiza. Este discurso, tal como o da hagiografia ou das “crônicas⁸⁴” não faz senão ilustrar com mil variantes as antinomias *gerais* próprias a uma retórica do excepcional. Cai na sensaboria da repetição. Na verdade, a particularidade tem por atribuição desempenhar sobre o fundo de uma formalização explícita; por função, introduzir ali uma interrogação; por significação remeter aos atos, pessoas e a tudo que permanece ainda exterior ao saber assim como ao discurso.

3. O lugar que a história criou, combinando o modelo com os seus desvios, ou agindo na fronteira da regularidade, representa um terceiro aspecto de sua definição. Mais importante que a referência ao passado é a sua introdução sob a forma uma distância tomada. Uma falha se insinua na coerência científica de um presente, e como poderia ela sê-lo, efetivamente, senão por alguma coisa de objetivável, o passado, que tem por função significar a alteridade? Mesmo se a etnologia substitui, parcialmente, a história nesta tarefa de instaurar uma *encenação do outro*, no presente —

razão pela qual estas duas disciplinas mantêm relações tão estreitas —, o passado é, inicialmente, o meio de *representar uma diferença*. A operação histórica consiste em recortar o dado segundo uma lei presente, que se distingue do seu “outro” (passado), distanciando-se com relação a uma situação adquirida e marcando, assim, por um discurso, a mudança efetiva que permitiu este distanciamento.

Assim, a operação histórica tem um efeito duplo. Por um lado, historiciza o atual. Falando mais propriamente, ela presentifica uma situação vivida. Obriga a explicitar a relação da razão reinante com um *lugar* próprio que, por oposição a um “passado” se torna o presente. Uma relação de reciprocidade entre a lei e seu limite engendra, simultaneamente, a diferenciação de um presente e de um passado.

Mas por outro lado, a imagem do passado mantém o seu valor primeiro de representar *aquilo que falta*. Com um material que, para ser objetivo, está necessariamente aí, mas é conotativo de um passado na medida em que, inicialmente, remete a uma ausência e introduz também a falta de um futuro. Um grupo, sabe-se, não pode exprimir o que tem diante de si — o que ainda falta — senão por uma redistribuição do seu passado. Também a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de *dar lugar a um futuro*. Da mesma maneira que vacila entre o exotismo e a crítica, a título de uma encenação do outro, oscila entre o conservadorismo e o utopismo, por sua função de significar uma falta. Sob estas formas extremas, torna-se no primeiro caso, legendária ou polêmica; no segundo, reacionária ou revolucionária. Mas estes excessos não poderiam fazer esquecer aquilo que está inscrito na sua prática mais rigorosa, a de *simbolizar o limite* e através disto *tornar possível uma ultrapassagem*. O velho *slogan* das “lições da história” retoma algum significado, desta perspectiva, se, deixando de lado uma ideologia de herdeiros, identificarmos a “moral da história” com este interstício criado na atualidade pela representação de diferenças.

III. UMA ESCRITA

A representação — *mise en scène* literária — não é “histórica” senão quando articulada com um *lugar social* da operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a *uma prática do desvio*; com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos. Não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com